

Tempo e crise: algumas reflexões em torno da sociologia do futuro

Emília Araújo

Professora Auxiliar com Agregação do Departamento de Sociologia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0003-3600-3310

Como se ajustarão as sociedades às arritmias que se vislumbram no tempo de crises sobrepostas que se avizinham? Por que é importante ler e estudar, tanto as mudanças como as persistências, em tempo de crise? Que desafios enfrenta hoje a ciência, face à necessidade de antecipação e prevenção das crises do futuro? Estas são algumas das interrogações inseridas neste texto que tem um fundamento reflexivo, embora pontuado de algumas ilustrações que, para os efeitos, considerámo reunirem as características de tipicidade ou de singularidade com algum potencial demonstrativo das ideias apresentadas.

A relação entre tempo e crise sugere vários temas de reflexão e investigação, a começar pelo modo como a crise altera o ritmo social, provoca arritmias diversas e reconfigura os ritmos. O olhar dos e das cientistas sobre estas metamorfoses nos ritmos sociais é de crucial importância, mas é igualmente importante olhar para as permanências e as persistências, assim como para o modo como estas se reproduzem nos ritmos e tempos reconfigurados.

O motivo principal para esta declaração reside no pressuposto de que não podemos apreendê-las como meras consequências de um fenómeno aleatório e perante o qual a ação política possa ser meramente reativa: ora aplaudida, ora negativamente criticada na sua boa ou má adequação, boa ou má comunicação, bom ou mau enquadramento legal e/ou constitucional. Precisamos de perspetivá-las, também, à luz da (in)capacidade de antecipação e de prevenção das sociedades e, nomeadamente, dos governos, no sentido de responder a desafios sociais que são, em grande parte, desconhecidos, embora possíveis.

Dos tempos sociais

O tempo de pandemia é marcado por uma série de arritmias no funcionamento das instituições e no tempo de resposta aos cidadãos e às cidadãs, dependendo dos grupos sociais a que pertencem, o território em que habitam, a idade, o género, ou a etnia. A crise justifica e legitima a arritmia (no sentido de Lefebvre, 2003) do calendário escolar e do tempo de trabalho, dois dos tempos sociais mais estruturadores da experiência quotidiana na sociedade atual. No coração da arritmia social está a redução e o controlo dos tempos relacionais que, perante a crise pandémica, ficam totalmente reversos e confusos, incertos, inseguros e comprimidos ao máximo. Estão também a arritmia dos tempos mediáticos e a escalada de acelerações, variações e de desajustes que denunciam e também alimentam e criam.

Num tempo de crise, o que mais custa aos sujeitos sociais é viverem de forma contínua o tempo extraordinário, por mais experiências positivas e diferentes que este tempo diferente lhes proporcione. Por isso, o tempo de crise suscita várias formas de simulação. Faz aumentar a necessidade de manter e (des)fazer tempo.

O quotidiano individual, coletivo e institucional submerge num espaço de simulação (quase) perfeita marcado pela celebração do oposto da normalidade, à procura do sentido do tempo – acidente: celebram-se as não-festas; dão-se as não-aulas;

gozam-se os não-recreios; marcam-se as não-consultas ou não-cirurgias; fazem-se os não-aniversários; celebra-se a não-presença; marca-se a não-diferença; fala-se da não-viagem, estabelecem-se as regras do não-trabalho; ou do tempo não-pago. Afirma-se continuamente que as soluções encontradas são de “crise”, que valem para o tempo presente e que a espera é inevitável. O terreno das justificações é denso, confuso e, por vezes, não só incerto, como injusto.

De qualquer modo, todas estas criações (mesmo a simulação e a procura de sentido) representam a capacidade individual e humana para criar o tempo, mesmo que a partir de nada porque a vida social assenta no quotidiano e este exige determinados ritmos, rotinas e rituais. Isto é, está pontuada de momentos significativos, mesmo que estes sejam objeto de des-significação. Interessa, no entanto, pensar nelas como espaços de reprodução de poder interpessoal, mas sobretudo institucional e enquadrá-las no plano da (in)capacidade da política para avaliar as consequências da aceleração na tomada de decisões e a relevância do longo prazo através da afirmação dos programas e dos debates políticos em democracia.

Com efeito, a paisagem dos ritmos sociais na crise é confusa e desorganizada, diferencial e desigual: entre quem para e fica à espera; quem é atirado para as margens e sujeito a isolamento; quem é chamado a entregar o seu tempo às instituições e organizações de trabalho, quem fica dentro e fora do espaço-tempo da crise; quem dá e recebe tempo a troco de nada; quem aproveita o tempo da oportunidade para ganhar tempo e a partir do tempo; quem perde tempo e procura matar tempo que tem em abundância e a quem acaba tempo e morre ressurgindo na forma de algarismos e percentagens objetivamente descritas nos ecrãs que criam parte do tempo que passa dia a dia.

A mudança de ritmos ajusta-se à diversidade e esta à desigualdade de ritmos, deixando entender que, se a crise pode destruir estruturas de tempo, também pode revelar a continuidade ou o reforço de outras estruturas sustentadas pelo desígnio do crescendo controlo do tempo por parte de determinados atores. Assim, ainda que os ritmos que surgem de novo devam ocupar os e as cientistas, importa procurar os ritmos sociais e institucionais que persistem, embora se reconfigurem, mantendo as suas características principais: o tempo como mercadoria e bem essencial.

Um exemplo, talvez dos mais significativos hoje em dia, prende-se com a rutura dos serviços públicos de saúde, o aumento exponencial dos tempos de espera e o concomitante crescimento e normalização do recurso aos serviços privados que, justamente, vencem pela comercialização do tempo: o tempo de vida e o tempo de cuidado. Outro exemplo é, sem dúvida, o tempo escolar e o calendário letivo, onde se tenta conter, para além do imaginável, os tempos normalizados e regulamentares, os tempos da sociabilidade, assim como os tempos de trabalho de uma sociedade que tem no tempo-espaço da escola o reverso do tempo de trabalho pago. Mas, em geral, a comercialização do tempo e a tentativa de aumentar ao máximo o tempo diretamente rentável, muito especialmente por via do investimento em tecnologia, continuam a ser duas lógicas que permanecem.

Elas presidem a todas as mudanças e/ou reconfiguração de ritmos e justificam todas as simulações e pseudo atos: a espera legitimamente instituída como forma de racionalização da circulação e da sincronia de ritmos e de tempos na crise pandémica, é hoje um locus impressionante de novas formas de fazer render o tempo de uns, em desfavor de outros; de pressionar uns, libertando outros. Neste domínio, portanto, um dos desafios principais da política é lidar com a diversidade e a variação dos ritmos sociais, acertando formas de integração que respondam a necessidades individuais e institucionais de modo socialmente justo e individualmente saudável.

Dos tempos da ciência

De facto, o recurso à experiência, mostra que, aos ritmos que a crise destrói, reconfigura ou cria, se sobrepõem os ritmos do tempo histórico e estes definem, justamente, os tempos de flutuação e de variação que marcam o passar do tempo cronológico. Mais: nas sociedades do presente, e fruto de um caminho histórico que se abriu com a modernidade, a ciência e a tecnologia apresentam-se perante a sociedade como principais produtoras de soluções especificamente orientadas para a previsão, antecipação e segurança do futuro. Em termos práticos, as últimas linhas de financiamento europeu para projetos de investigação enfatizam claramente a necessidade de a ciência contribuir para o planeamento, a previsão e a antecipação de desafios societais que envolvem a preparação das sociedades, das instituições e dos governos para o evitamento, gestão, resiliência e capacidade de recobro e “ressurgimento”, após catástrofes. O que pode ser mais problemático entender, particularmente num momento em que o tempo da política está tão dependente dos tempos da ciência e da inovação, é o desajuste de adequação dos tempos da ciência e os tempos e ritmos sociais e naturais, ou seja, ao tempo dos eventos e dos desafios societais.

Por várias vezes, desde o início de contágio por COVID-19, pôs-se em causa a celeridade com que os governos supranacionais e nacionais lidaram com o fenómeno, dada a capacidade científica e tecnológica instalada e o lugar que o “desconhecido” ocupa enquanto objeto de estudo e análise científicos. Por várias vezes, no tempo da pandemia, se fizeram interrogações sobre a capacidade dos países para acertarem os tempos de decisão com os tempos do acontecimento. Por várias vezes, também, surgem as interrogações sobre a possibilidade de uma (des)sincronia de tempos à escala global, (in)capaz de concretizar a comunalidade da ciência, na descoberta de conhecimento e a inovação de meios de cura e de acesso democrático.

Comparam-se também a destrezas e a eficácia das lideranças dos diversos governos na tomada de medidas de retenção do contágio. Num plano transnacional e não apenas nacional, assume-se que os ritmos da ciência e da tecnologia (de trabalho, produção, circulação, inovação) estão a mudar, mas seguimos aqui o mesmo raciocínio que apresentamos para a análise dos ritmos sociais em geral: importa entender não apenas os ritmos que surgem de novo, mas, principalmente, em que medida estes são apenas reconfigurados a ajustados aos objetivos que continuam a

presidir amplamente ao modo de fazer (desfazer) ciência e tecnologia no contexto mundial: ciência orientada para a resolução de problemas imediatos do presente; ciência orientada para o mercado (Gibbons et al., 1994).

Barbara Adam (2011) disse que a ciência tem um compromisso especial com o tempo estrutural. Na prática, longo e curto prazo conflituam hoje nas instâncias de decisão política sobre o financiamento à ciência e criam o lugar desconfortável para o e a cientista que entrega o seu tempo ao tempo dos projetos financiados e avaliados pelo seu impacto na resolução de um problema imediato da emergência do presente.

Em grande parte, e felizmente, assistimos, enquanto cientistas, cidadãos e cidadãs, aos impactos positivos do desenvolvimento científico e as enormes capacidades da ciência e da tecnologia na prevenção, tratamento e resolução de problemas. Mas também assistimos a algumas das consequências do desajuste dos ritmos e dos tempos da ciência, face à sociedade e, sobretudo, na moldagem do comportamento social e político dos grupos e que conduzem a potenciais catástrofes.

A crise pandémica revela, nesse sentido, as estruturas de tempo que têm vigorado nos últimos anos na indústria da ciência e da tecnologia e onde os governos supranacionais e nacionais têm feito mergulhar investigadores/as e cientistas nos processos de produção de produtos e bens comercializáveis, em desfavor da aposta na simulação e na antecipação do futuro. Alguns indicadores relevantes são, porventura, a constatação da falta de ventiladores, camas ou máscaras, gel ou desinfetante no início da pandemia e para a reserva dos quais é preciso tempo.

É bem certo que os tempos da ciência e, principalmente, no que respeita à preocupação com o longo e o curto prazo, não são uniformes e os próprios tempos da ciência estão cada vez mais encurralados no tempo acelerado da cobrança da opinião pública e dos média. Mas, em geral, é elevado o risco que corremos enquanto sociedade e civilização de centrarmos a ciência no tempo emergencial e não no tempo futuro, ainda que desconhecido.

Neste sentido, orienta-nos este texto no sentido de aprofundar a sociologia do futuro, nas suas múltiplas facetas, descortinando também as relações que se pronunciam entre política, sociedade e ciência (Adam, 2011; Lösch, Grunwald, Meister & Schultz-Schafer, 2019; Konrad, van Lente, Groves & Selin, 2019).

Referências

Adam B. (2011). Towards twenty-first century sociological engagement with the future. *Insights*, 4(11), 1-18. <https://www.dur.ac.uk/resources/ias/insights/Adam29Mar.pdf>

Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P. & Trow, M. (1994). *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. Londres: Sage.

Konrad K., van Lente I., Groves, C. & Selin, C. (2017). Performing and governing the future in science and technology. In U. Felt, R. Fouché, C. A. Miller & L. Smith-Doerr (Eds.), *The handbook of science and technology studies* (pp. 465-494). Cambridge/Massachusetts: MIT Press.